



# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# SÃO JOSÉ – SC

**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ -  
SANTA CATARINA - SC**

## **Agente de Combate às Endemias**

**EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2025, DE  
16 DE JUNHO DE 2025**

**CÓD: OP-104JH-25  
7908403576609**

## ***Língua Portuguesa***

|                                                                                                                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Compreensão e interpretação de texto .....                                                                                                                              | 7  |
| 2. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa) .....                                                                                                         | 14 |
| 3. Acentuação gráfica.....                                                                                                                                                 | 17 |
| 4. Sinais de Pontuação .....                                                                                                                                               | 18 |
| 5. Semântica: Sinônimos. Antônimos. Homônimos. Parônimos. Denotação e conotação .....                                                                                      | 19 |
| 6. Morfologia; Classes de Palavras: Adjetivo, Advérbio, Artigo, Preposição, Conjunção, Interjeição, Numeral, Pronomes, Substantivos e Verbos; Verbo; Tempos do Verbo ..... | 22 |
| 7. Divisão Silábica .....                                                                                                                                                  | 28 |
| 8. Sintaxe; Frase e oração .....                                                                                                                                           | 29 |
| 9. Concordância verbal e nominal .....                                                                                                                                     | 33 |

## ***Raciocínio Lógico-Matemático***

|                                                                                                                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Solução de situações-problema envolvendo adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal ..... | 45 |
| 2. Regra de três simples .....                                                                                                                                                               | 46 |
| 3. Sistemas de medida: tempo, comprimento e quantidade.....                                                                                                                                  | 47 |
| 4. Teoria dos números: Divisibilidade; Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum; Números primos; Números pares e ímpares; Fatoração numérica .....                                        | 48 |
| 5. Porcentagem.....                                                                                                                                                                          | 52 |

## ***Conhecimentos Gerais e Atualidades***

|                                                                                                                                                                                                                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Noções sobre planejamento, organização e controle; Trabalho em equipe; Motivação; Liderança; Comunicação interpessoal; Relacionamento interpessoal .....                                                                                                                            | 59 |
| 2. Noções de cidadania .....                                                                                                                                                                                                                                                           | 71 |
| 3. Atualidades: Conhecimentos marcantes do cenário cultural, político, econômico e social no Brasil e no Mundo amplamente divulgados amplamente veiculados nos últimos anos pela imprensa falada e escrita nacional ou local (rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet) ..... | 72 |

## ***Legislação***

|                                                                                                                                                                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Legislação do SUS: Constituição Federal de 1988: Artigos referentes à Saúde (Art. 196 a 200).....                                                                                                                | 75 |
| 2. Lei nº 8.080/1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências .....                       | 77 |
| 3. Lei nº 8.142/1990: Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde .....              | 88 |
| 4. Decreto nº 7.508/2011: Regulamenta a Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a articulação interfederativa e a regionalização do SUS, e dá outras providências ..... | 89 |
| 5. Portaria 2.436, de 21 de setembro de 2017: Política Nacional de Atenção Básica (PNAB): Princípios, diretrizes, equipes, atribuições (Portaria de consolidação nº 2/2017 e suas atualizações) .....               | 93 |

---

|                                                                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6. Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS – SUS 2001 (Portaria MS/GM nº 95 de 26 de janeiro de 2001 e regulamentação complementar)..... | 116 |
| 7. A Estratégia da Saúde da Família - o PSF e o PACS.....                                                                                        | 129 |
| 8. Lei Federal nº 11.350/2006, de 05 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição.....                                 | 133 |
| 9. Lei Federal nº 14.536, de 20 de janeiro de 2023 .....                                                                                         | 139 |

## ***Conhecimentos Específicos***

### ***Agente de Combate às Endemias***

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Vigilância no território: O que é e como o território vem sendo usado pela saúde pública; Como se delimita o território de atuação com trabalhador de saúde; A territorialização como instrumento básico de reconhecimento do território para a atuação da vigilância; Situação epidemiológica no município.....                                                 | 143 |
| 2. Conhecimentos Básicos sobre zoonoses: Esquistossomose, Doença de Chagas, Febre Amarela, Febre Maculosa, Chikunguya, Zika Vírus, Leptospirose, Hantavirose, Leishmaniose: Tegumentar e Visceral, Esporotricose e Malária. Agente etiológico, reservatório, hospedeiro, modo de transmissão, sintomas e medidas de controle, notificação de caso e prevenção ..... | 146 |
| 3. Dengue: Biologia dos vetores; Operações de campo; Reconhecimento geográfico; Tratamento focal, tratamento perifocal, bloqueio, formas de controle.....                                                                                                                                                                                                           | 152 |
| 4. Equipamentos de proteção individual .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 170 |
| 5. Programa Nacional de Controle da Dengue (2002) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 175 |
| 6. Raiva: Noções sobre a doença; vacinação antirrábica animal; controle de morcegos em áreas urbanas .....                                                                                                                                                                                                                                                          | 180 |
| 7. Roedores: Controle de roedores em áreas urbanas .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 185 |
| 8. Animais Peçonhentos: Ofídios, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (Lonomia obliqua); noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros.....                                                                                                                                                                                | 190 |

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

### — Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

### — Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

### — Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

### — Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

### Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

### – Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

### — Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

### – Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

### – Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

### – Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

**1. Título e Introdução:** Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.



**2. Linguagem e Tom:** A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

**3. Seleção de Argumentos:** Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

**4. Conectivos e Estrutura Argumentativa:** Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

**5. Conclusão:** Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

#### Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

#### – Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

#### – Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso

que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

#### – Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

**1. Tese:** A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

**2. Argumentos:** São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

**3. Contra-argumentos e Refutação:** Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

**4. Conclusão:** Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

#### – Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

**1. Argumento de autoridade:** Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

**Exemplo:** “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

**2. Argumento de exemplificação:** Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

**Exemplo:** “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

**3. Argumento lógico (ou dedutivo):** É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

**Exemplo dedutivo:** “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

**Exemplo indutivo:** “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

**4. Argumento emocional (ou patético):** Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

**Exemplo:** “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

**5. Argumento de comparação ou analogia:** Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

**Exemplo:** “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

#### – Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

##### Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

#### – Exemplos Práticos de Argumentação

**- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

**- Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

#### – Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

**1. Avalie a pertinência dos argumentos:** Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

**2. Verifique a solidez da lógica:** O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

**3. Observe a diversidade de fontes:** O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

**4. Considere os contra-argumentos:** O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

#### — Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

# RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

## SOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. A manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas.

Vejam alguns exemplos:

**1. (VUNESP)** Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

### Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

Por fim, a diferença é de :  $16000 - 10000 = 6000$  litros

**Resposta: E.**

**2. (AOCF)** Uma revista perdeu  $1/5$  dos seus 200.000 leitores. Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.

### Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar  $1/5$  desses leitores, ou seja, encontrar  $1/5$  de 200.000.

$$1/5 \times 200.000 = \frac{1 \times 200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

**Resposta: A.**

**3. (VUNESP)** Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados  $5/16$  do número total de peças e, no 2.º dia foram montados  $3/8$  do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

- (A) 190.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 220.
- (E) 230.

### Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados  $5/16$  do número total de peças  
Logo é  $5/16$  de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16} \times 512 = \frac{5 \times 512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos  $512 - 160 = 352$  peças restantes, então devemos encontrar  $3/8$  de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8} \times 352 = \frac{3 \times 352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração  $352 - 132 = 220$ .

**Resposta: D.**

**4. (Pref. Maranguape/CE)** João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de  $3/5$  de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

- (A) R\$ 57,50;
- (B) R\$ 115,00;
- (C) R\$ 172,50;
- (D) R\$ 68,50.

**Resolução:**

Vamos representar a mesada pela letra x.

Como ele gastou a terça parte (que seria 1/3) de 3/5 da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23 \cdot 5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = 115/2 = 57,50

**Resposta: A.**

**5. (CESGRANRIO)** Certa praça tem 720 m<sup>2</sup> de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm<sup>2</sup>. Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

- (A) 1/600
- (B) 1/120
- (C) 1/90
- (D) 1/60
- (E) 1/12

**Resolução:**

$$600 \text{ dm}^2 = 6 \text{ m}^2$$

$$\frac{6}{720} : \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

**Resposta: B.**

**REGRA DE TRÊS SIMPLES**

**REGRA DE TRÊS SIMPLES**

Os problemas que envolvem duas grandezas diretamente ou inversamente proporcionais podem ser resolvidos através de um processo prático, chamado REGRA DE TRÊS SIMPLES.

- Duas grandezas são DIRETAMENTE PROPORCIONAIS quando ao aumentarmos/diminuirmos uma a outra também aumenta/diminui.
- Duas grandezas são INVERSAMENTE PROPORCIONAIS quando ao aumentarmos uma a outra diminui e vice-versa.

**Exemplos:**

**(PM/SP – OFICIAL ADMINISTRATIVO – VUNESP)** Em 3 de maio de 2014, o jornal Folha de S. Paulo publicou a seguinte informação sobre o número de casos de dengue na cidade de Campinas.

**DENGUE EM CAMPINAS**

Veja o número de casos registrados na cidade de 1998 a abril deste ano

**CASOS CONFIRMADOS**

Por ano



De acordo com essas informações, o número de casos registrados na cidade de Campinas, até 28 de abril de 2014, teve um aumento em relação ao número de casos registrados em 2007, aproximadamente, de

- (A) 70%.
- (B) 65%.
- (C) 60%.
- (D) 55%.
- (E) 50%.

**Resolução:**

Utilizaremos uma regra de três simples:

| ano   |  | %   |
|-------|--|-----|
| 11442 |  | 100 |
| 17136 |  | x   |

$$11442 \cdot x = 17136 \cdot 100$$

$$x = 1713600 / 11442 = 149,8\% \text{ (aproximado)}$$

$$149,8\% - 100\% = 49,8\%$$

Aproximando o valor, teremos 50%

**Resposta: E**

**(PRODAM/AM – AUXILIAR DE MOTORISTA – FUNCAB)**

Numa transportadora, 15 caminhões de mesma capacidade transportam toda a carga de um galpão em quatro horas. Se três deles quebrassem, em quanto tempo os outros caminhões fariam o mesmo trabalho?

- (A) 3 h 12 min
- (B) 5 h
- (C) 5 h 30 min
- (D) 6 h
- (E) 6 h 15 min

**Resolução:**

Vamos utilizar uma Regra de Três Simples Inversa, pois, quanto menos caminhões tivermos, mais horas demorará para transportar a carga:

|           |       |       |
|-----------|-------|-------|
| caminhões |       | horas |
| 15        | _____ | 4     |
| (15 – 3)  | _____ | x     |

$$12 \cdot x = 4 \cdot 15$$

$$x = 60 / 12$$

$$x = 5 \text{ h}$$

**Resposta: B**

**SISTEMAS DE MEDIDA: TEMPO, COMPRIMENTO E QUANTIDADE**

O sistema métrico decimal é parte integrante do Sistema de Medidas. É adotado no Brasil tendo como unidade fundamental de medida o metro.

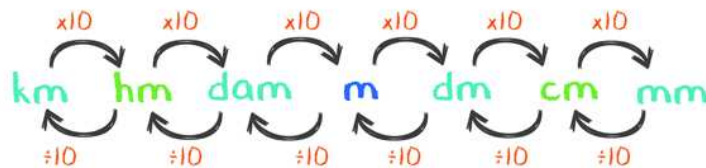
O Sistema de Medidas é um conjunto de medidas usado em quase todo o mundo, visando padronizar as formas de medição.

**MEDIDAS DE COMPRIMENTO**

Os múltiplos do metro são usados para realizar medição em grandes distâncias, enquanto os submúltiplos para realizar medição em pequenas distâncias.

| MÚLTIPLOS  |            |           | UNIDADE FUNDAMENTAL | SUBMÚLTIPLOS |            |           |
|------------|------------|-----------|---------------------|--------------|------------|-----------|
| Quilômetro | Hectômetro | Decâmetro | Metro               | Decímetro    | Centímetro | Milímetro |
| km         | hm         | Dam       | m                   | dm           | cm         | mm        |
| 1000m      | 100m       | 10m       | 1m                  | 0,1m         | 0,01m      | 0,001m    |

Para transformar basta seguir a tabela seguinte (esta transformação vale para todas as medidas):



**MEDIDAS DE TEMPO**

As unidades de medida de tempo são padrões utilizados para quantificar a passagem do tempo. Essas unidades são fundamentais no cotidiano, pois nos permitem medir e organizar períodos como horas, dias, meses e anos. Elas desempenham um papel crucial na estruturação de nossas atividades diárias, planejamento de eventos futuros e na compreensão de intervalos de tempo em longo prazo.



### Adição de Tempo

Suponha que você deseja adicionar 1 hora e 50 minutos a 30 minutos. O processo é o seguinte:

Inicialmente, você tem:

| Hora | minutos |
|------|---------|
| 1    | 50      |
| +    | 30      |
| 1    | 80      |

80 minutos é mais do que 60 minutos (1 hora), então:

Adicione 1 hora extra: 1 hora + 1 hora = 2 horas

Subtraia 60 minutos dos 80 minutos:  $80 - 60 = 20$  minutos

Portanto, o resultado é 2 horas e 20 minutos.

| Hora | Minutos |
|------|---------|
| 1    | 50      |
| +    | 30      |
| 1    | 80      |
| +1   | -60     |
| 2    | 20      |

### Subtração de Tempo

Agora, imagine que você precisa subtrair 1 hora e 30 minutos de 2 horas e 20 minutos:

Inicialmente, você tem:

| Hora | Minutos |
|------|---------|
| 2    | 20      |
| -1   | 30      |

Não é possível subtrair 30 minutos de 20 minutos diretamente, então você precisa converter 1 hora em 60 minutos e adicioná-los aos 20 minutos existentes:

20 minutos + 60 minutos = 80 minutos

| Hora | Minutos |
|------|---------|
| -1   | +60     |
| 2    | 20      |
| -1   | 30      |

Realizando a subtração:

| Hora | Minutos |
|------|---------|
| 1    | 80      |
| -1   | 30      |
| 0    | 50      |

Novas horas: 1 (porque você converteu uma hora em minutos)

Novos minutos: 80

Subtraia 1 hora e 30 minutos:

Horas:  $1 - 1 = 0$

Minutos:  $80 - 30 = 50$  minutos

Assim, o resultado é 50 minutos.

### QUANTIDADE

A quantidade é a medida da magnitude de algo que pode ser contada, mensurada ou quantificada. Ela não está restrita apenas a substâncias químicas, mas pode ser aplicada a qualquer coisa que possua uma unidade de medida. Em diversas áreas, falamos de quantidade para representar a extensão de algo, seja em números, medidas ou contagens.

Exemplos:

– **Objetos:** A quantidade de itens ou objetos, como “10 maçãs”, “3 livros” ou “15 cadeiras”.

– **Pessoas:** A quantidade de pessoas em um evento ou em um grupo, como “50 alunos”, “20 participantes”.

– **Tempo:** A quantidade de tempo, como “2 horas”, “5 minutos”, “7 dias”.

– **Distância:** A quantidade de distância percorrida ou medida, como “5 metros”, “3 quilômetros”.

– **Dinheiro:** A quantidade de dinheiro, como “R\$ 100”, “10 dólares”.

A quantidade sempre está relacionada a uma unidade de medida, que pode ser adaptada dependendo do que está sendo mensurado.

**TEORIA DOS NÚMEROS: DIVISIBILIDADE; MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM; MÁXIMO DIVISOR COMUM; NÚMEROS PRIMOS; NÚMEROS PARES E ÍMPARES; FATORAÇÃO NUMÉRICA**

### MÚLTIPLOS

Dizemos que um número é múltiplo de outro quando o primeiro é resultado da multiplicação entre o segundo e algum número natural e o segundo, nesse caso, é divisor do primeiro. O que significa que existem dois números,  $x$  e  $y$ , tal que  $x$  é múltiplo de  $y$  se existir algum número natural  $n$  tal que:  $x = y \cdot n$

Se esse número existir, podemos dizer que  $y$  é um divisor de  $x$  e podemos escrever:  $x = n/y$

### Observações:

- 1) Todo número natural é múltiplo de si mesmo.
- 2) Todo número natural é múltiplo de 1.

# CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

## NOÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE; TRABALHO EM EQUIPE; MOTIVAÇÃO; LIDERANÇA; COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL; RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

### — Funções de administração

#### Planejamento, organização, direção e controle



### — Planejamento

Processo desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada. A organização estabelece num primeiro momento, através de um processo de definição de situação atual, de oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, que são os objetos do processo de planejamento. O planejamento não é uma tarefa isolada, é um processo, uma sequência encadeada de atividades que trará um plano.

- Ele é o passo inicial;
- **É uma maneira de ampliar as chances de sucesso;**
- Reduzir a incerteza, jamais eliminá-la;
- Lida com o futuro: Porém, não se trata de adivinhar o futuro;
- Reconhece como o presente pode influenciar o futuro, como as ações presentes podem desenhar o futuro;
- Organização ser PROATIVA e não REATIVA;
- Onde a Organização reconhecerá seus limites e suas competências;
- O processo de Planejamento é muito mais importante do que seu produto final (assertiva);

Idalberto Chiavenato diz: “Planejamento é um **processo** de **estabelecer objetivos** e **definir a maneira** como alcançá-los”.

- Processo: Sequência de etapas que levam a um determinado fim. O resultado final do processo de planejamento é o PLANO;
- Estabelecer objetivos: Processo de estabelecer um fim;
- Definir a maneira: um meio, maneira de como alcançar.

### — Passos do Planejamento

- Definição dos objetivos: O que quer, onde quer chegar.
- Determinar a situação atual: Situar a Organização.

- Desenvolver possibilidades sobre o futuro: Antecipar eventos.

- Analisar e escolher entre as alternativas.
- Implementar o plano e avaliar o resultado.

### — Vantagens do Planejamento

- Dar um “norte” – direcionamento;
- Ajudar a focar esforços;
- Definir parâmetro de controle;
- Ajuda na motivação;
- Auxilia no autoconhecimento da organização.

### — Processo de planejamento

### — Planejamento estratégico ou institucional

Estratégia é o caminho escolhido para que a organização possa chegar no destino desejado pela visão estratégica. É o nível mais amplo de planejamento, focado a longo prazo. É desdobrado no Planejamento Tático, e o Planejamento Tático é desdobrado no Planejamento Operacional.

- Global — Objetivos gerais e genéricos — Diretrizes estratégicas — Longo prazo — Visão forte do ambiente externo.

### Fases do Planejamento Estratégico:

- Definição do negócio, missão, visão e valores organizacionais;
- Diagnóstico estratégico (análise interna e externa);
- Formulação da estratégia;
- Implantação;
- Controle.

### — Planejamento tático ou intermediário

Complexidade menor que o nível estratégico e maior que o operacional, de média complexidade e compõe uma abrangência departamental, focada em médio prazo.

- Observa as diretrizes do Planejamento Estratégico;
- Determina objetivos específicos de cada unidade ou departamento;
- Médio prazo.

### — Planejamento operacional ou chão de fábrica

Baixa complexidade, uma vez que falamos de somente uma única tarefa, focado no curto ou curtíssimo prazo. Planejamento mais diário, tarefa a tarefa de cada dia para o alcance dos objetivos. Desdobramento minucioso do Planejamento Estratégico.

- Observa o Planejamento Estratégico e Tático;
- Determina ações específicas necessárias para cada atividade ou tarefa importante;
- Seus objetivos são bem detalhados e específicos.



#### – Negócio, Missão, Visão e Valores

Negócio, Visão, Missão e Valores fazem parte do Referencial estratégico: A definição da identidade a organização.

— Negócio = O que é a organização e qual o seu campo de atuação. Atividade efetiva. Aspecto mais objetivo.

— Missão = Razão de ser da organização. Função maior. A Missão contempla o Negócio, é através do Negócio que a organização alcança a sua Missão. Aspecto mais subjetivo. Missão é a função do presente.

— Visão = Qual objetivo e a visão de futuro. Define o “grande plano”, onde a organização quer chegar e como se vê no futuro, no destino desejado. Direção mais geral. Visão é a função do futuro.

— Valores = Crenças, Princípios da organização. Atitudes básicas que sem elas, não há negócio, não há convivência. Tutoriza a escolha das estratégias da organização.

#### – Análise SWOT

Strengths – Weaknesses – Opportunities – Threats.

Ou FFOA

Forças – Fraquezas – Oportunidades – Ameaças.

É a principal ferramenta para perceber qual estratégia a organização deve ter.

É a análise que prescreve um comportamento a partir do cruzamento de 4 variáveis, sendo 2 do ambiente interno e 2 do ambiente externo. Tem por intenção perceber a posição da organização em relação às suas ameaças e oportunidades, perceber quais são as forças e as fraquezas organizacionais, para que a partir disso, a organização possa estabelecer posicionamento no mercado, sendo elas: Posição de Sobrevivência, de Manutenção, de Crescimento ou Desenvolvimento. Em que para cada uma das posições a organização terá uma estratégia definida.

**Ambiente Interno:** É tudo o que influencia o negócio da organização e ela tem o poder de controle. Pontos Fortes: Elementos que influenciam positivamente. Pontos Fracos: Elementos que influenciam negativamente.

**Ambiente Externo:** É tudo o que influencia o negócio da organização e ela NÃO tem o poder de controle. Oportunidades: Elementos que influenciam positivamente. Ameaças: Elementos que influenciam negativamente.

#### – Matriz GUT

Gravidade + Urgência + Tendência

**Gravidade:** Pode afetar os resultados da Organização.

**Urgência:** Quando ocorrerá o problema.

**Tendência:** Irá se agravar com o passar do tempo.

Determinar essas 3 métricas plicando uma nota de 1-5, sendo 5 mais crítico, impactante e 1 menos crítico e com menos impacto. Somando essas notas. Levando em consideração o problema que obtiver maior total.

| PROBLEMA | GRAVIDADE | URGÊNCIA | TENDÊNCIA | TOTAL |
|----------|-----------|----------|-----------|-------|
| X        | 1         | 3        | 3         | 7     |
| Y        | 3         | 2        | 1         | 6     |

– Ferramenta 5W2H

Ferramenta que ajuda o gestor a construir um Plano de Ação. Facilitando a definição das tarefas e dos responsáveis por cada uma delas. Funciona para todos os tipos de negócio, visando atingir objetivos e metas.

5W: What? – O que será feito? - Why? Porque será feito? - Where? Onde será feito? - When? Quando será feito? – Who? Quem fará? 2H: How? Como será feito? – How much? Quanto irá custar para fazer?

Não é uma ferramenta para buscar causa de problemas, mas sim elaborar o Plano de Ação.

| WHAT                                  | WHY                                        | WHERE         | WHEN        | WHO          | HOW                                 | HOW MUCH |
|---------------------------------------|--------------------------------------------|---------------|-------------|--------------|-------------------------------------|----------|
| Padronização de Rotinas               | Otimizar tempo                             | Coordenação   | Agosto 2021 | João Silva   | Contratação de Assessoria externa   | 2.500,00 |
| Sistema de Segurança Portaria Central | Impedir entrada de pessoas não autorizadas | Setor Compras | 20/08/21    | Paulo Santos | Compra de equipamentos e instalação | 4.000,00 |

– Análise competitiva e estratégias genéricas

Gestão Estratégica: “É um processo que consiste no conjunto de decisões e ações que visam proporcionar uma adequação competitivamente superior entre a organização e seu ambiente, de forma a permitir que a organização alcance seus objetivos”.

Michael Porter, Economista e professor norte-americano, nascido em 1947, propõe o segundo grande essencial conceito para a compreensão da vantagem competitiva, o conceito das “estratégias competitivas genéricas”.

Porter apresenta a estratégia competitiva como sendo sinônimo de decisões, onde devem acontecer ações ofensivas ou defensivas com finalidade de criar uma posição que possibilite se defender no mercado, para conseguir lidar com as cinco forças competitivas e com isso conseguir e expandir o retorno sobre o investimento.

Observa ainda, que há distintas maneiras de posicionar-se estrategicamente, diversificando de acordo com o setor de atuação, capacidade e características da Organização. No entanto, Porter desenha que há três grandes pilares estratégicos que atuarão diretamente no âmbito da criação da vantagem competitiva.

As 3 Estratégias genéricas de Porter são:

**1. Estratégia de Diferenciação:** Aumentar o valor – valor é a percepção que você tem em relação a determinado produto. Exemplo: Existem determinadas marcas que se posicionam no mercado com este alto valor agregado.

**2. Estratégia de Liderança em custos:** Baixar o preço – preço é quanto custou, ser o produto mais barato no mercado. Quanto vai custar na etiqueta.

**3. Estratégia de Foco ou Enfoque:** Significa perceber todo o mercado e selecionar uma fatia dele para atuar especificamente.

– As 5 forças Estratégicas

Chamada de as 5 Forças de Porter (Michael Porter) – é uma análise em relação a determinado mercado, levando em consideração 5 elementos, que vão descrever como aquele mercado funciona.

**1. Grau de Rivalidade entre os concorrentes:** com que intensidade eles competem pelos clientes e consumidores. Essa força tenciona as demais forças.

**2. Ameaça de Produtos substitutos:** ameaça de que novas tecnologias venham a substituir o produto ou serviço que o mercado oferece.

**3. Ameaça de novos entrantes:** ameaças de que novas organizações, ou pessoas façam aquilo que já está sendo feito.

**4. Poder de Barganha dos Fornecedores:** Capacidade negocial das empresas que oferecem matéria-prima à organização, poder de negociar preços e condições.

**5. Poder de Barganha dos Clientes:** Capacidade negocial dos clientes, poder de negociar preços e condições.

– Redes e alianças

Formações que as demais organizações fazem para que tenham uma espécie de fortalecimento estratégico em conjunto. A formação de redes e alianças estratégicas de modo a poder compartilhar recursos e competências, além de reduzir seus custos.

Redes possibilitam um fortalecimento estratégico da organização diante de seus concorrentes, sem aumento significativo de custos. Permite que a organização dê saltos maiores do que seriam capazes sozinhas, ou que demorariam mais tempo para alcançar individualmente.

**Tipos:** Joint ventures – Contratos de fornecimento de longo prazo – Investimentos acionários minoritário – Contratos de fornecimento de insumos/ serviços – Pesquisas e desenvolvimento em conjunto – Funções e aquisições.

**Vantagens:** Ganho na posição de barganha (negociação) com seus fornecedores e Aumento do custo de entrada dos potenciais concorrentes em um mercado = barreira de entrada.

– **Administração por objetivos**

A Administração por objetivos (APO) foi criada por Peter Ducker que se trata do esforço administrativo que vem de baixo para cima, para fazer com que as organizações possam ser geridas através dos objetivos.

Trata-se do envolvimento de todos os membros organizacionais no processo de definição dos objetivos. Parte da premissa de que se os colaboradores absorverem a ideia e negociarem os objetivos, estarão mais dispostos e comprometidos com o atingimento dos mesmos.

Fases: Especificação dos objetivos – Desenvolvimento de planos de ação – Monitoramento do processo – Avaliação dos resultados.

– **Balanced scorecard**

Percepção de Kaplan e Norton de que existem bens que são intangíveis e que também precisam ser medidos. É necessário apresentar mais do que dados financeiros, porém, o financeiro ainda faz parte do Balanced scorecard.

Ativos tangíveis são importantes, porém ativos intangíveis merecem atenção e podem ser ponto de diferenciação de uma organização para a outra.

Por fim, é a criação de um modelo que complementa os dados financeiros do passado com indicadores que buscam medir os fatores que levarão a organização a ter sucesso no futuro.

– **Processo decisório**

É o processo de escolha do caminho mais adequado à organização em determinada circunstância.

Uma organização precisa estar capacitada a otimizar recursos e atividades, assim como criar um modelo competitivo que a possibilite superar os rivais. Julgando que o mercado é dinâmico e vive em constante mudança, onde as ideias emergem devido às pressões.

Para que um negócio ganhe a vantagem competitiva é necessário que ele alcance um desempenho superior. Para tanto, a organização deve estabelecer uma estratégia adequada, tomando as decisões certas.

– **Organização**

– **Estrutura organizacional**

A estrutura organizacional na administração é classificada como o conjunto de ordenações, ou conjunto de responsabilidades, sejam elas de autoridade, das comunicações e das decisões de uma organização ou empresa.

É estabelecido através da estrutura organizacional o desenvolvimento das atividades da organização, adaptando toda e qualquer alteração ou mudança dentro da organização, porém essa estrutura pode não ser estabelecida unicamente, deve-se estar pronta para qualquer transformação.

Essa estrutura é dividida em duas formas, estrutura informal e estrutura formal, a estrutura informal é instável e mais flexível e não está sujeita a um controle tão rígido, enquanto a estrutura formal é estável e está sujeita a controle.

– **Tipos de departamentalização**

É uma forma de sistematização da estrutura organizacional, visa agrupar atividades que possuem uma mesma linha de ação com o objetivo de melhorar a eficiência operacional da empresa. Assim, a organização junta recursos, unidades e pessoas que tenham esse ponto em comum.

Quando tratamos sobre organogramas, entramos em conceitos de divisão do trabalho no sentido vertical, ou seja, ligado aos níveis de autoridade e hierarquia existentes. Quando falamos sobre departamentalização tratamos da especialização horizontal, que tem relação com a divisão e variedade de tarefas.

– **Departamentalização funcional ou por funções:** É a forma mais utilizada dentre as formas de departamentalização, se tratando do agrupamento feito sob uma lógica de identidade de funções e semelhança de tarefas, sempre pensando na especialização, agrupando conforme as diferentes funções organizacionais, tais como financeira, marketing, pessoal, dentre outras.

**Vantagens:** especialização das pessoas na função, facilitando a cooperação técnica; economia de escala e produtividade, mais indicada para ambientes estáveis.

**Desvantagens:** falta de sinergia entre os diferentes departamentos e uma visão limitada do ambiente organizacional como um todo, com cada departamento estando focado apenas nos seus próprios objetivos e problemas.

– **Por clientes ou clientela:** Este tipo de departamentalização ocorre em função dos diferentes tipos de clientes que a organização possui. Justificando-se assim, quando há necessidades heterogêneas entre os diversos públicos da organização. Por exemplo (loja de roupas): departamento masculino, departamento feminino, departamento infantil.

**Vantagem:** facilitar a flexibilidade no atendimento às demandas específicas de cada nicho de clientes.

**Desvantagens:** dificuldade de coordenação com os objetivos globais da organização e multiplicação de funções semelhantes nos diferentes departamentos, prejudicando a eficiência, além de poder gerar uma disputa entre as chefias de cada departamento diferente, por cada uma querer maiores benefícios ao seu tipo de cliente.

– **Por processos:** Resume-se em agregar as atividades da organização nos processos mais importantes para a organização. Sendo assim, busca ganhar eficiência e agilidade na produção de produtos/serviços, evitando o desperdício de recursos na produção organizacional. É muito utilizada em linhas de produção.

**Vantagem:** facilita o emprego de tecnologia, das máquinas e equipamentos, do conhecimento e da mão-de-obra e possibilita um melhor arranjo físico e disposição racional dos recursos, aumentando a eficiência e ganhos em produtividade.

– **Departamentalização por produtos:** A organização se estrutura em torno de seus diferentes tipos de produtos ou serviços. Justificando-se quando a organização possui uma gama muito variada de produtos que utilizem tecnologias bem diversas entre si, ou mesmo que tenham especificidades na forma de escoamento da produção ou na prestação de cada serviço.

# LEGISLAÇÃO

## LEGISLAÇÃO DO SUS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ARTIGOS REFERENTES À SAÚDE (ART. 196 A 200)

### — Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

### — Diretrizes da Saúde

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

**I – descentralização**, com direção única em cada esfera de governo;

**II – atendimento integral**, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

**III – participação da comunidade.**

### — A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

### — Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

## TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

(...)

## CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

(...)

## SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)

**I - descentralização**, com direção única em cada esfera de governo;

**II - atendimento integral**, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

**III - participação da comunidade.**

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

**I - no caso da União**, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

**II - no caso dos Estados e do Distrito Federal**, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, “a”, e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

**III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal**, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 156 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, “b”, e §3º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) Regulamento

**I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do §2º;** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

**II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

**III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado).(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

§4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)Regulamento

§6º Além das hipóteses previstas no §1º do art. 41 e no §4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o §12 deste artigo, adequarão a remuneração dos

cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§14. Compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§15. Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

**Previdência Social**

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral (RGPS). Ele terá caráter contributivo e será de filiação obrigatória.

O leque de proteções da Previdência Social vai muito além da aposentadoria, conforme elenca o Artigo 201 da CF.

**– Regras para Aposentadoria no RGPS**

Atenção: Em regra, no RGPS não há aposentadoria compulsória.

| Regras para aposentadoria no RGPS <u>antes</u> da EC n. 103/2019                                                                                                                                                                                                               |         |          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                | Homens  | Mulheres |
| <b>Por tempo de contribuição</b>                                                                                                                                                                                                                                               | 35 anos | 30 anos  |
| <b>Por idade*</b>                                                                                                                                                                                                                                                              | 65 anos | 60 anos  |
| – é <b>reduzido</b> em <b>cinco anos</b> o limite de idade para os <b>trabalhadores rurais</b> de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em <b>regime de economia familiar</b> , nestes incluídos <b>o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal</b> . |         |          |

| Regras para aposentadoria no RGPS <u>pós</u> EC n. 103/2019                                                                                                                                         |         |          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------|
|                                                                                                                                                                                                     | Homens  | Mulheres |
| <b>Trabalhadores urbanos</b>                                                                                                                                                                        | 65 anos | 62 anos  |
| <b>Trabalhadores rurais</b>                                                                                                                                                                         | 60 anos | 55 anos  |
| – para os <b>trabalhadores rurais</b> e para os que exerçam suas atividades em <b>regime de economia familiar</b> , nestes incluídos <b>o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal</b> . |         |          |

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

**LEI Nº 8.080/1990: DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE, A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.**

*Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)

Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

**TÍTULO II**  
**DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

## CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde;

II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei;

III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:

a) de vigilância sanitária;

b) de vigilância epidemiológica;

c) de saúde do trabalhador; (Redação dada pela Lei nº 14.572, de 2023)

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

e) de saúde bucal; (Incluída pela Lei nº 14.572, de 2023)

II - a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico;

III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - a vigilância nutricional e a orientação alimentar;

V - a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;

VI - a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção;

VII - o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

VIII - a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano;

IX - a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

X - o incremento, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico;

XI - a formulação e execução da política de sangue e seus derivados.

XII - a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações. (Incluído pela Lei nº 14.715, de 2023)

§ 1º Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

§ 2º Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;

II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;

III - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;

IV - avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;

V - informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

VI - participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;

VII - revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e

VIII - a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.

§ 4º Entende-se por saúde bucal o conjunto articulado de ações, em todos os níveis de complexidade, que visem a garantir promoção, prevenção, recuperação e reabilitação odontológica, individual e coletiva, inseridas no contexto da integralidade da atenção à saúde. (Incluído pela Lei nº 14.572, de 2023)

§ 5º Entende-se por assistência toxicológica, a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, o conjunto de ações e serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento das intoxicações agudas e crônicas decorrentes da exposição a substâncias químicas, medicamentos e toxinas de animais peçonhentos e de plantas tóxicas. (Incluído pela Lei nº 14.715, de 2023)

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Agente de Combate às Endemias

**VIGILÂNCIA NO TERRITÓRIO: O QUE É E COMO O TERRITÓRIO VEM SENDO USADO PELA SAÚDE PÚBLICA; COMO SE DELIMITA O TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO COM TRABALHADOR DE SAÚDE; A TERRITORIALIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO BÁSICO DE RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO PARA A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA; SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA NO MUNICÍPIO**

A territorialização é um conceito-chave na organização dos serviços de saúde, especialmente no âmbito da vigilância em saúde. Ela envolve o mapeamento e a análise detalhada de um território, com o objetivo de compreender suas características físicas, sociais, econômicas e de saúde. Essa prática permite que as equipes de saúde adaptem suas intervenções às realidades locais, garantindo que as ações de vigilância, prevenção e controle sejam mais eficazes.

No contexto da vigilância em saúde, a territorialização é fundamental para identificar riscos e vulnerabilidades específicos de uma área, planejar ações de controle e prevenção, e monitorar a saúde da população de maneira contínua e precisa. A territorialização não é apenas uma ferramenta técnica, mas também um processo que envolve a participação ativa da comunidade e a integração de diferentes setores. Ao reconhecer as particularidades de cada território, as equipes de vigilância podem atuar de maneira mais contextualizada, abordando as necessidades de saúde de forma personalizada e equitativa.

### O Conceito de Territorialização na Saúde Pública

A territorialização é um processo estratégico que vai além da simples demarcação geográfica de áreas. Ela busca compreender profundamente as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais de um território, para que as ações de saúde possam ser planejadas e executadas de maneira eficaz. Abaixo, detalho os principais componentes desse processo:

- **Delimitação Geográfica:** O primeiro passo na territorialização é definir os limites físicos do território, que podem ser bairros, distritos, ou regiões mais amplas. Essa delimitação é essencial para organizar as equipes de saúde, distribuir recursos de maneira adequada, e planejar as intervenções de acordo com as especificidades locais. No caso da vigilância em saúde, a delimitação geográfica ajuda a mapear focos de doenças, identificar áreas de risco e planejar ações preventivas.

- **Caracterização Socioeconômica e Cultural:** A territorialização envolve a análise detalhada das características da população que vive no território. Isso inclui dados sobre renda, escolaridade, emprego, habitação, acesso a serviços básicos e práticas

culturais. Essa caracterização é crucial para entender como os determinantes sociais afetam a saúde das pessoas. Por exemplo, em uma comunidade com baixa escolaridade e altos índices de pobreza, as estratégias de saúde pública podem precisar ser adaptadas para lidar com desafios como desnutrição, doenças transmissíveis e baixa adesão a programas de saúde.

- **Mapeamento de Recursos e Serviços:** O mapeamento dos recursos disponíveis no território é outra etapa essencial. Isso inclui identificar unidades de saúde, escolas, centros comunitários, mercados, sistemas de saneamento e transporte, além de recursos naturais como rios e áreas verdes. Entender a distribuição e a acessibilidade desses recursos permite que as equipes de saúde planejem suas atividades de forma eficiente, garantindo que as ações de vigilância e prevenção cheguem a todas as partes do território.

- **Identificação de Vulnerabilidades e Riscos:** Finalmente, a territorialização envolve a identificação de áreas de vulnerabilidade e risco dentro do território. Isso pode incluir regiões propensas a desastres naturais, áreas com alta concentração de vetores de doenças, locais com infraestrutura deficiente, e comunidades com acesso limitado a serviços de saúde. Identificar essas vulnerabilidades permite que as ações de vigilância sejam direcionadas para onde são mais necessárias, prevenindo surtos e minimizando os impactos de problemas de saúde.

A territorialização, portanto, não se limita a um mapeamento físico. Ela é um processo dinâmico e contínuo, que busca compreender e intervir nas realidades complexas de cada território, promovendo a saúde de maneira integrada e contextualizada.

### Territorialização e Vigilância em Saúde: Relação e Importância

A vigilância em saúde é um componente essencial do sistema de saúde pública, responsável por monitorar a ocorrência de doenças, identificar surtos, e planejar intervenções preventivas e corretivas. A territorialização desempenha um papel crucial nesse processo, pois fornece o conhecimento necessário para que as ações de vigilância sejam eficazes e adaptadas às especificidades locais. Abaixo, detalho a relação entre territorialização e as diferentes áreas da vigilância em saúde:

- **Vigilância Epidemiológica:** A vigilância epidemiológica é responsável por monitorar a ocorrência de doenças transmissíveis e não transmissíveis na população. A territorialização permite identificar áreas com maior incidência de doenças, analisar padrões de disseminação, e planejar intervenções específicas. Por exemplo, ao mapear um território com alta incidência de dengue, as equipes de saúde podem concentrar esforços no combate ao

mosquito *Aedes aegypti*, intensificando a eliminação de criadouros, promovendo campanhas educativas e monitorando casos suspeitos.

- **Vigilância Sanitária:** A vigilância sanitária tem como objetivo garantir a segurança dos produtos e serviços consumidos pela população, como alimentos, medicamentos, água, e produtos de higiene. A territorialização ajuda a mapear os estabelecimentos comerciais, indústrias, e outras fontes de risco sanitário dentro de um território. Isso permite que a vigilância sanitária priorize suas inspeções e ações de fiscalização em locais onde há maior risco de contaminação ou falhas nos padrões de qualidade, protegendo a saúde da população.

- **Vigilância Ambiental:** A vigilância ambiental foca na identificação e controle de riscos à saúde relacionados ao meio ambiente, como poluição, desastres naturais, e a presença de vetores de doenças. A territorialização é fundamental para identificar áreas de risco ambiental, como regiões sujeitas a inundações, locais de despejo inadequado de resíduos, e áreas com alta concentração de vetores. Conhecendo essas áreas, as equipes de vigilância podem planejar ações preventivas, como a limpeza de áreas alagadas, o controle de vetores, e a educação ambiental, reduzindo o impacto desses riscos na saúde da população.

- **Vigilância em Saúde do Trabalhador:** A vigilância em saúde do trabalhador visa proteger a saúde dos trabalhadores, monitorando os riscos ocupacionais e promovendo condições seguras de trabalho. A territorialização permite mapear áreas industriais e agrícolas, onde os trabalhadores podem estar expostos a riscos específicos, como exposição a produtos químicos, ruídos, ou condições insalubres. Com esse conhecimento, a vigilância pode implementar medidas de proteção, realizar inspeções regulares, e promover programas de saúde ocupacional, prevenindo doenças e acidentes de trabalho.

A territorialização, portanto, é uma ferramenta indispensável para todas as áreas da vigilância em saúde. Ela permite que as intervenções sejam planejadas e executadas de forma direcionada, levando em consideração as características e necessidades específicas de cada território. Isso não apenas aumenta a eficácia das ações de vigilância, mas também garante que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente, com foco nas áreas e populações mais vulneráveis.

### Metodologias de Territorialização

A territorialização pode ser realizada utilizando diversas metodologias, que variam de acordo com os objetivos da análise, os recursos disponíveis e o contexto local. As metodologias combinam técnicas quantitativas e qualitativas, ferramentas tecnológicas e a participação ativa da comunidade. A seguir, detalho as principais metodologias utilizadas no processo de territorialização:

- **Mapeamento Participativo:** O mapeamento participativo envolve a comunidade no processo de construção do mapa do território. Essa metodologia é eficaz para capturar informações que podem não ser visíveis em mapas tradicionais ou em dados estatísticos. Ao incluir a perspectiva da comunidade, é possível

identificar áreas de risco percebido, locais de importância cultural, e recursos que são valorizados pela população local. O mapeamento participativo fortalece o vínculo entre as equipes de saúde e a comunidade, promovendo o engajamento da população nas ações de saúde.

**Exemplo Prático:** Em uma área rural, o mapeamento participativo pode revelar que uma determinada fonte de água é amplamente utilizada pela comunidade, mas que está contaminada. Com essa informação, a vigilância em saúde pode priorizar intervenções de saneamento nesse local, ao mesmo tempo em que educa a população sobre a importância de utilizar fontes seguras de água.

- **Geoprocessamento e SIG (Sistemas de Informação Geográfica):** O geoprocessamento utiliza ferramentas tecnológicas para criar mapas detalhados que cruzam informações geográficas com dados epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais. O uso de SIG permite a análise espacial dos dados, identificando padrões, tendências e correlações que podem não ser evidentes de outra forma. Essas ferramentas são especialmente úteis para monitorar a distribuição de doenças, identificar áreas de risco e planejar ações de controle.

**Exemplo Prático:** Em um município com alta incidência de leishmaniose, o uso de SIG pode ajudar a identificar áreas onde a presença do vetor é mais intensa, permitindo que as ações de controle do flebotômio sejam concentradas nessas regiões. Além disso, o SIG pode ajudar a planejar a distribuição de mosquiteiros impregnados com inseticida e campanhas de vacinação para cães, que são reservatórios do parasita.

- **Inquéritos Domiciliares e Comunitários:** A realização de inquéritos domiciliares e comunitários envolve a coleta de informações diretamente das residências e comunidades. Esses inquéritos podem incluir perguntas sobre condições de vida, práticas de saúde, acesso a serviços, e percepções sobre os principais problemas de saúde. Esses dados complementam as informações obtidas por outras metodologias e permitem uma análise mais detalhada dos determinantes sociais da saúde.

**Exemplo Prático:** Em uma comunidade urbana com alto índice de tuberculose, um inquérito domiciliar pode revelar que muitas famílias vivem em condições de superlotação, com ventilação inadequada. Com essas informações, a vigilância em saúde pode desenvolver intervenções que abordem não apenas o tratamento da tuberculose, mas também a melhoria das condições habitacionais e a educação sobre a importância da ventilação adequada para prevenir a disseminação da doença.

- **Análise de Dados Secundários:** A utilização de dados já existentes, como censos populacionais, registros de saúde, relatórios de saneamento e dados climáticos, é uma prática comum na territorialização. Esses dados fornecem uma visão geral do território e podem ser usados para identificar tendências e padrões de saúde. A análise de dados secundários é uma metodologia eficiente e de baixo custo, que pode ser combinada com outras técnicas para uma análise mais abrangente.

**Exemplo Prático:** Em uma análise de dados secundários, pode-se observar que uma determinada área rural apresenta altos índices de doenças diarreicas em períodos de chuva intensa. Com essa informação, a vigilância em saúde pode planejar ações preventivas, como a distribuição de filtros de água e a promoção de campanhas educativas sobre a importância do consumo de água tratada, especialmente durante a estação chuvosa.

Cada uma dessas metodologias contribui de maneira única para o processo de territorialização, e a combinação delas permite uma análise mais rica e detalhada do território. A escolha da metodologia depende dos objetivos específicos do processo de territorialização, dos recursos disponíveis e das características do território em questão.

### Desafios na Implementação da Territorialização

Apesar dos benefícios claros da territorialização para a vigilância em saúde, sua implementação enfrenta uma série de desafios. Esses desafios podem variar dependendo do contexto local, mas alguns dos mais comuns incluem:

- **Recursos Limitados:** A territorialização requer investimento em tecnologia, capacitação de profissionais, e, em alguns casos, infraestrutura física. Muitos municípios, especialmente em regiões menos desenvolvidas, enfrentam dificuldades financeiras que limitam a capacidade de realizar um mapeamento detalhado e contínuo do território. A falta de recursos pode resultar em dados desatualizados ou incompletos, comprometendo a eficácia das intervenções de saúde.

**Impacto:** Sem recursos adequados, a territorialização pode se tornar superficial, com informações limitadas ou imprecisas, o que pode levar a ações de saúde mal direcionadas ou ineficazes.

- **Capacitação Profissional:** A territorialização exige profissionais capacitados para utilizar ferramentas de geoprocessamento, interpretar dados epidemiológicos e socioeconômicos, e engajar a comunidade no processo. No entanto, muitos profissionais de saúde podem não ter formação adequada nessas áreas, o que limita a qualidade da territorialização. Além disso, a rotatividade de pessoal nas equipes de saúde pode dificultar a manutenção de uma base de conhecimento consistente.

**Impacto:** A falta de capacitação adequada pode levar a erros na coleta e interpretação de dados, o que compromete a precisão e a utilidade do mapeamento territorial.

- **Engajamento Comunitário:** O sucesso da territorialização depende do envolvimento ativo da comunidade. No entanto, mobilizar a população e garantir sua participação contínua pode ser um desafio, especialmente em áreas com baixa organização social ou em comunidades que desconfiam das autoridades de saúde. A falta de engajamento pode resultar em dados que não refletem a realidade local e em intervenções que não têm o apoio da população.

**Impacto:** Sem o envolvimento da comunidade, a territorialização pode falhar em capturar informações cruciais sobre o território e pode enfrentar resistência na implementação das ações de saúde.

- **Atualização de Dados:** Os territórios são dinâmicos, e as condições de saúde podem mudar rapidamente devido a fatores como migração, desenvolvimento urbano, mudanças climáticas, e surtos de doenças. Manter os dados de territorialização atualizados exige um esforço contínuo das equipes de saúde para monitorar essas mudanças e ajustar as estratégias de intervenção conforme necessário. No entanto, a atualização regular dos dados pode ser desafiadora, especialmente em áreas onde os recursos são limitados.

**Impacto:** Dados desatualizados podem levar a intervenções baseadas em informações obsoletas, o que pode reduzir a eficácia das ações de vigilância e controle.

Esses desafios, embora significativos, podem ser superados com planejamento estratégico, capacitação contínua, e parcerias entre diferentes setores e níveis de governo. Além disso, a inovação tecnológica e a adaptação das metodologias de territorialização às realidades locais podem ajudar a mitigar alguns desses desafios.

### Benefícios da Territorialização para a Vigilância em Saúde

Apesar dos desafios, os benefícios da territorialização para a vigilância em saúde são substanciais e justificam os esforços para sua implementação. A territorialização proporciona uma base sólida para o planejamento e a execução de ações de saúde que são mais eficazes, equitativas e sustentáveis. A seguir, detalho os principais benefícios:

- **Planejamento Eficiente:** Com o conhecimento detalhado do território, as equipes de saúde podem planejar suas ações de maneira mais precisa e direcionada. Isso permite que os recursos, que muitas vezes são limitados, sejam alocados onde são mais necessários. Por exemplo, ao identificar áreas com maior concentração de casos de dengue, a vigilância em saúde pode concentrar suas campanhas de eliminação de criadouros e controle de mosquitos nessas áreas, em vez de dispersar esforços por toda a cidade.

**Impacto:** O planejamento eficiente reduz desperdícios, aumenta a eficácia das intervenções e melhora a gestão dos recursos disponíveis.

- **Identificação de Áreas Prioritárias:** A territorialização permite identificar áreas e populações mais vulneráveis, onde as ações de vigilância e prevenção precisam ser intensificadas. Isso é particularmente importante em contextos onde as desigualdades sociais e econômicas impactam a saúde de maneira desproporcional. A identificação dessas áreas prioritárias permite que as políticas públicas sejam desenhadas para reduzir essas desigualdades, garantindo que todas as pessoas tenham acesso aos serviços de saúde de que precisam.

**Impacto:** Focar nas áreas prioritárias ajuda a reduzir as desigualdades em saúde e a melhorar os indicadores de saúde da população como um todo.

- **Fortalecimento da Equidade em Saúde:** A territorialização, ao reconhecer as desigualdades e as necessidades específicas de cada território, promove uma abordagem equitativa na saúde pública. Isso significa que as intervenções são adaptadas para atender às necessidades das populações mais vulneráveis, em vez de aplicar uma abordagem única para todos. A territorialização permite que as equipes de saúde desenvolvam estratégias que levem em conta as diferenças socioeconômicas, culturais e ambientais, garantindo que todas as pessoas tenham a mesma oportunidade de alcançar um estado de saúde ótimo.

**Impacto:** A promoção da equidade em saúde resulta em uma distribuição mais justa dos serviços de saúde e na melhoria da qualidade de vida para todos, especialmente para aqueles que vivem em condições mais desfavoráveis.

- **Monitoramento Contínuo e Adaptativo:** A territorialização não é um processo estático, mas dinâmico e contínuo. À medida que o território muda, as estratégias de saúde podem ser adaptadas para responder a novos desafios e oportunidades. Isso é crucial em um contexto de mudanças rápidas, como a urbanização acelerada, a migração de populações, ou a emergência de novas doenças. O monitoramento contínuo permite que as equipes de saúde ajustem suas ações em tempo real, garantindo que as intervenções sejam sempre relevantes e eficazes.

**Impacto:** A capacidade de adaptação aumenta a resiliência do sistema de saúde e a eficácia das respostas a emergências e mudanças contextuais.

Esses benefícios destacam a importância da territorialização como uma prática central na vigilância em saúde. Ao permitir uma compreensão profunda e contextualizada do território, a territorialização torna possível o desenvolvimento de políticas e intervenções de saúde pública que são não apenas eficazes, mas também justas e sustentáveis.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS SOBRE ZOONOSES:**  
**ESQUISTOSSOMOSE, DOENÇA DE CHAGAS, FEBRE AMARELA, FEBRE MACULOSA, CHIKUNGUYA, ZIKA VÍRUS, LEPTOSPIROSE, HANTAVIROSE, LEISHMANIOSE: TEGUMENTAR E VISCERAL, ESPOROTRICOSE E MALÁRIA. AGENTE ETIOLÓGICO, RESERVATÓRIO, HOSPEDEIRO, MODO DE TRANSMISSÃO, SINTOMAS E MEDIDAS DE CONTROLE, NOTIFICAÇÃO DE CASO E PREVENÇÃO**

#### ESQUISTOSSOMOSE

A esquistossomose é uma doença causada pelo verme *Schistosoma mansoni*. A doença ocorre em duas fases distintas com diferentes sintomas: fase aguda e fase crônica.

A fase aguda pode apresentar sintomas ou não. Normalmente é caracterizada por dermatite cercariana (regiões avermelhadas com intensa coceira), febre, anorexia, dor abdominal e dor de cabeça. Também pode haver diarreia, náuseas, vômitos, tosse seca e aumento do fígado.

Após seis meses de infecção, a doença pode evoluir para a fase crônica, cujas formas são:

a) hepatointestinal: apresenta diarreias e dor de estômago. Com a palpação do fígado, é possível sentir nodulações (áreas de fibrose).

b) hepática: o fígado se apresenta endurecido e com área de fibrose.

c) hepatoesplênica compensada: caracterizada pelo aumento do baço (esplenomegalia) e o aparecimento de varizes no esôfago. Também pode haver dores abdominais, alterações intestinais e hemorragia digestiva.

d) hepatoesplênica descompensada: forma grave em que ocorre diminuição significativa do funcionamento do fígado, causando surtos de hemorragia digestiva e falta de fornecimento de sangue para o fígado.

**Quem causa a doença:** a doença é causada pelo verme *Schistosoma mansoni*.

**Quem transmite a doença:** dependendo da fase em que o ciclo de vida do verme se encontra, a doença pode tanto ser transmitida pelo homem quanto pelo caramujo gênero *Biomphalaria*.

a) Caramujo: atua como hospedeiro intermediário do verme.

b) Homem: é o principal hospedeiro definitivo do verme é o homem. Nele, o parasita atinge a forma adulta, se reproduz sexualmente (tipo de reprodução que envolve um macho e uma fêmea) e produz ovos que são eliminados junto das fezes.

**Como a doença é transmitida:** a transmissão começa com a eliminação de fezes contaminadas com ovos do verme. Caso essa fezes atinjam a água, os ovos eclodem e liberam uma larva ciliada conhecida como miracídio. O miracídio infecta o caramujo e após um período de 4 a 6 semana, o abandona na forma de uma outra larva chamada cercaria. Caso entre em contato com a água contaminada por cercarias, o homem adquire a doença, reiniciando o ciclo.